



A BUSCA DA LINGUAGEM IDEAL E SEU REFLEXO NAS AÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL

*The search of the ideal language and its consequences on documental
representation actions*

Luciana de Souza Gracioso

*Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal de São Carlos
Contato: luciana@ufscar.br*

Resumo

O movimento reconhecido como virada linguística da filosofia, que desontologizou a concepção da linguagem, suscitou impactos e mudanças em diferentes campos científicos, inclusive na Ciência da Informação. G. Frege foi o principal precursor desse movimento, seguido principalmente por B. Russell e L. Wittgenstein. A linguagem, e sua significação, passam ser entendidas de modo puro, lógico, matemático, calculável. Neste contexto, o presente texto se propõe a apresentar uma descrição, ainda muito superficial na perspectiva filosófica, sobre as teorias proferidas por estes autores, pontuando ao final, suas possíveis influências nas pesquisas e nas práticas da Ciência da Informação com ênfase na representação documental.

Palavras-chave: Representação documental; Linguagem; Descrição; Ciência da Informação

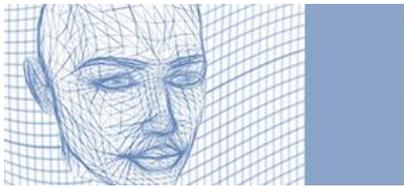
Abstract

The movement recognized as the linguistic turn of philosophy, which deontologized the conception of language, has caused impacts and changes in different scientific fields, including in Information Science. G. Frege was the main precursor of this movement, followed mainly by B. Russell and L. Wittgenstein. Language, and its meaning, are understood in a pure, logical, mathematical, calculable way. In this context, the present text proposes to present a description, still very superficial in the philosophical perspective, of the theories given by these authors, punctuating in the end, their possible influences in the researches and in the practices of Information Science with emphasis in the documentary representation.

Keywords: Documentary representation; Language; Description; Information Science.

1 Lógica, Matemática e Linguagem: uma introdução ao pensamento de G. Frege

As principais correntes do pensamento filosófico moderno presumiam poder descrever quais fontes do conhecimento estabeleciam uma relação preferencial do homem com o mundo. Dessa relação, construiriam-se a razão, a moral, a ética, a fé e tantas outras condições humanas. Buscando romper essa condição



representacional do homem, caminhou-se em busca de elementos que pudessem expressar mais coerentemente a própria constituição do sujeito como ser cognoscível. Esses elementos passaram a ser repensados sob perspectivas analíticas, positivas e lógicas, e esse repensar se configurou como um movimento filosófico caracterizado como guinada (virada) linguística.

A partir da passagem do paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da filosofia da linguagem os sinais lingüísticos, que serviram apenas como instrumento e equipamento das representações, adquirem como reino intermediário dos significados lingüísticos, uma dignidade própria. As relações entre linguagem e mundo, entre proposição e estados de coisas, substituem as relações sujeito objeto. O trabalho de constituição do mundo deixa de ser uma tarefa da subjetividade transcendental para se transformar em estruturas gramaticais [...] (HABERMAS, 2002, p. 15-16).

Habermas segue enfatizando a importância da mudança da concepção transcendental sobre a linguagem dizendo que a guinada linguística colocou o filosofar sobre uma base metódica mais segura e o libertou das aporias das teorias da consciência. Nesse processo, teria se configurado também uma compreensão ontológica da linguagem, que torna independente a sua função hermenêutica (como intérprete do mundo) em relação aos processos de aprendizagem e que reposiciona o desenvolvimento dos símbolos lingüísticos, situando-os como um evento poético originário (HABERMAS, 2002, p. 16).

Habermas atribui a Frege a revolução, pela Filosofia, na concepção da linguagem. Diante disso, seguiremos buscando compreender as justificativas desse autor, que teria feito a seguinte crítica “[...] na representação são dados somente objetos; enquanto estado de coisa ou fatos são aprendidos em pensamentos”. Segundo Habermas, essa crítica teria sido o primeiro passo para a guinada linguística, já que não teríamos mais como “apreender simplesmente e sem mediação pensamentos e fatos no mundo dos objetos representáveis; eles só são acessíveis enquanto representados, portanto em estado de coisa expressos através de proposições” (HABERMAS, 1997, p. 28).

Frege desenvolveu suas reflexões defendendo uma associação entre lógica e matemática na estruturação da linguagem. Esse olhar diferenciado, tanto para a



matemática quanto para a linguagem, culminara no desenvolvimento do que foi reconhecido como a lógica simbólica em relação à matemática e como a filosofia analítica em relação à linguagem. A filosofia analítica, por sua vez, também é responsável pelo empirismo científico, defendido pelo Círculo de Viena. Frege afirmou que, aplicando a lógica matemática à linguagem, promoveria-se a eliminação de inconsistências de sentido e significado no uso das palavras, das frases, dos textos, dos discursos. Os proferimentos de Frege abriram, de certa forma, os caminhos para o desenvolvimento do que reconhecemos como filosofia da linguagem. No entanto, a designação dessa filosofia é relacionada, em alguns momentos, a outros contextos filosóficos e até mesmo linguísticos. A filosofia analítica foi a primeira a dizer que o significado de um termo não pode ser visto isolado de sua posição dentro de uma proposição, superando, assim, a teoria clássica do significado como nomeação.

De certo modo, os signos e suas possibilidades de relações e de combinações poderiam ser quantificados (lógica quantificacionista que lida com quantificadores lógicos), sendo que não se pensaria a proposição como um todo para entendê-los, e sim se analisaria cada um dos elementos constitutivos de uma forma proposicional. Para cada possibilidade conectiva haveria, então, uma tabela de verdade. A verdade, diante dessa concepção, estaria vinculada à proposição e não à referência da linguagem. Esses tipos de arranjos lógicos proposicionais proferidos por Frege subsidiaram o desenvolvimento do que viria a ser a semântica formal (na qual se sustentam muitas das programações desenvolvidas atualmente no âmbito computacional). A semântica formal permitiria uma consideração à parte das abstrações e dos contextos dessas. Essa concepção sobre a semântica é assinalada pela relação entre o valor de verdade e a estrutura do enunciado marcado. Inclusive, por conta disso, foi necessário estabelecer e entender as relações sintáticas entre os signos que trataremos posteriormente.

As concepções publicadas por Frege são resultado da sua defesa de que a matemática teria os mesmos fundamentos da lógica, uma vez que um cálculo não necessariamente precisaria ser pensado somente a partir de números, mas também a partir de signos da linguagem. Leibnitz (1646-1716) já havia introduzido essa



presunção. Desse modo, poderia ser construído um cálculo linguístico a partir da abstração dos sentidos – como se utilizássemos uma fórmula matemática. Frege separa a lógica da linguagem natural para poder pensar a lógica na matemática, colocando-a num patamar mais amplo. Isso significaria que ela seria um princípio único de abstração que serviria tanto para a linguística (para se pensar a relação de sujeito e predicado, por exemplo) como para a matemática (afastando-a da dependência desta em lidar apenas com a concretude dos números). Seguindo esse entendimento, Frege defende o estabelecimento de um pequeno número de regras e padrões de “construção da verdade”, que serviriam para provar teorias. Seria possível delimitar um número mínimo de regras para os processos dedutivos que permitiriam um “cálculo filosófico”. Por conta disso, Frege procura produzir uma escrita conceitual, ideográfica, ideal, com o objetivo de afastar a lógica das amarras (oscilações) da linguagem natural. As primeiras publicações de Frege (em meados de 1884) seguem analisando a relação da matemática com a lógica, abordando a lógica geral, diferenciando – pela lógica – o que seria essência e referência e trabalhando com as bases de igualdade (e não de equivalência) entre os elementos lógicos. Entre os trabalhos elaborados pelo autor, destacamos *Função e conceito*, *Sobre o conceito e objeto* e *O que é uma função*, publicados entre 1891 e 1892. (FREGE, 1978).

O principal intuito do autor, a partir das publicações mencionadas, é distinguir sentido (*Sinn*), como conteúdo da expressão, de referência (*Bedeutung*), relacionada ao “apontar para” e ao nomear a coisa e a representação – uma “imagem” do sujeito individual. Diante disso, Frege considera que para o mesmo significado poderia haver diferentes sentidos. Desse modo, a extensão do signo seria a mesma, mas a intenção seria diferente. Para justificar isso, Frege distinguirá os predicados extensionais dos intencionais na relação entre sentido e referência, com a intenção de tornar possível evitar os enganos e mal-entendidos que ocorrem na relação de extensão e intenção. Frege introduz esta distinção quando trata do comportamento das frases de identidade, que podem ser ao mesmo tempo verdadeiras e informativas. O exemplo de Vênus ilustra claramente essa questão pois, se por um lado o enunciado “A estrela da manhã” é trivialmente verdadeira e não informativa, por outro, a sentença “A estrela da manhã é a estrela da tarde” não é trivialmente verdadeira, visto que realmente poderia ser considerada uma descoberta importante da astronomia



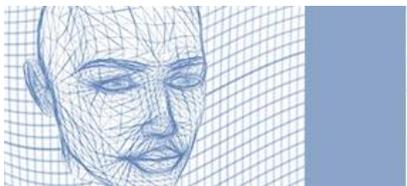
babylonica. Assim sendo, as expressões "a estrela da manhã" e "a estrela da tarde", embora tenham o mesmo referente, "Vênus", têm um valor cognitivo diferente, uma vez que é possível alguém compreender ambas, mas acreditar na primeira e não na segunda. Vários autores discutem e analisam esse exemplo de Frege, mas recorreremos a Chauí, que nos oferece uma explicação mais didática sobre essa relação:

“Estrela da manhã” e “estrela da tarde” indicam Vênus. Ao falar na estrela d'alva, na estrela da tarde, na estrela matutina e na estrela vespertina não é a mesma coisa, ainda que todas essas expressões se refiram a Vênus. Em cada uma dessas expressões, o sentido de Vênus muda e esse sentido é expresso pelas palavras que se referem ao mesmo planeta. Assim, as palavras indicam-denotam alguma coisa, mas também a conotam, isto é, referem-se ao sentido de cada coisa (CHAUÍ, 2005).

Santos (2002) também analisa com clareza essa ilustração, portanto adicionamos aqui sua interpretação com o intuito de ampliarmos as possibilidades de entendimento sobre a questão do significado em relação a sua contestação social, defendidas na Semântica formal fregeana.

Para Frege, a descoberta de que a estrela da manhã e a estrela da tarde são a mesma é uma descoberta puramente astronômica, sem qualquer efeito semântico. Os significados lingüísticos, i. e. os conceitos e pensamentos expressos pelas palavras e pelas frases, seriam algo que se encontra fixado de uma vez por todas e do mesmo modo para todos os falantes competentes da linguagem, independentemente do que cada um deles sabe acerca do mundo. O trabalho do conhecimento empírico seria apenas o de determinar a aplicação correcta desses conceitos aos objetos existentes, sem que daí pudesse advir qualquer modificação dos próprios conceitos aplicados (SANTOS, 2002, p. 86).

Com esse pressuposto, Frege introduzirá uma mudança de visão sobre o significado, na qual a ideia de referência não está atrelada a uma parte da proposição ou do enunciado, mas ao enunciado como um todo, e coincidiria com seu valor de verdade: a forma do enunciado precisaria ser assertórica. Desse modo, a pretensão de verdade estaria na forma do enunciado e não em seu conteúdo, sendo que, na falta de uma pretensão de verdade (da força de asserção), ela deixa de ser verdadeira. Para verificar como a força assertórica é verdadeira, trabalharia-se com a idealidade e com casos possíveis de verificação de uma função



proposicional. Em síntese, o autor já introduziria a força da asserção no lugar em que se assentaria a pretensão de verdade (FREGE, 1978).

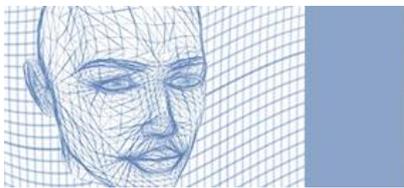
De certo modo, podemos dizer que Frege defendeu o fato de que seríamos capazes de designar perfeitamente algo sem precisar, necessariamente, referir-se a esse algo. Por conta disso, a linguagem passaria ser entendida como um meio de comunicação e de conhecimento, pois enseja transmissão e compreensão de sentido (*Sinn*), não precisando o referir. O sinal, dessa maneira, não contém somente aquilo a que ele se refere ou o que significa (*Bedeutung*) – ele tem também o sentido (*Sinn*), e esse seria o modo como algo é apresentado pela linguagem, que tem, por sua vez, uma aceitação pública. Nessa direção, Frege “desontologiza” a linguagem (ARAÚJO, 2004, p. 65).

Detalhamos relativamente os pressupostos fregeanos, visto que eles redirecionam o modo de se entender a relação da linguagem com o pensamento e com o conhecimento. Esse entendimento repercutirá, posteriormente, no encadeamento de uma sequência de estudos que posicionaram a linguagem em um plano ideal. Esse posicionamento redefinirá toda uma linha de pesquisa sobre a linguagem que, de certa forma, culminará no pragmatismo que posteriormente abordaremos.

Uma afirmação clássica de Frege, enfatizada por Araújo (2004), afirma que “a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio (do nome) designamos” (FREGE, 1978, p. 63). Araújo (2004) diz que Frege ofereceria uma teoria abstrata do sentido, uma vez que

[...] o sentido funciona como um tipo de cálculo decifrador das expressões lingüísticas, [...] o sentido tem a ver com o caráter compartilhado da linguagem [...] estabilidade da referência não assegura que o sentido da expressão permaneça o mesmo (ARAÚJO, 2004, p. 66).

Frege também introduz o conceito de representação, mas como subjetivo e ligado ao sujeito singular. Todavia defende que, mesmo diante das variedades de representações, seria possível transmitir mensagens compreensíveis. O autor ainda propõe serem os sinais que exprimem um sentido e denotam referência, e saber se o nome refere a algo passa a ser uma questão relacionada à capacidade de representação dos pensamentos, sendo que esses é que podem referir as coisas



por meio de proposições. Assim, seria necessário que se analisassem as próprias sentenças, e não somente as expressões que as formam – o sentido é o pensamento e a referência de uma sentença é o seu valor de verdade. Somente as sentenças com pensamento (sentido – *Sinn*) e com valor de verdade (referência – *Bedeutung*) é que possibilitam o conhecimento (ARAÚJO, 2004). Frege retificará a linguagem, libertando-a das amarras ontológicas e vinculando-a aos limites lógicos.

As ideias de Frege, até certo ponto, influenciaram a filosofia de B. Russell que, com base nos pressupostos filosóficos sobre a necessidade de uma linguagem ideal, desenvolveu o que denominou de “Teoria das Descrições”, que seria uma teoria realista proponente de que o significado de um nome deva ser o objeto por ele apontado, denotado – e isso contrariaria a concepção formulada por Frege. Desse modo, algo só poderia ser denotado se nomeado. Assim, o significado seria a denotação das expressões com sentido, e isso pode ser caracterizado como uma **teoria referencial do significado**. Nessa, o conhecimento seria advindo, primeiramente, daquilo que o autor chamou de familiaridade, isto é, daquilo que adquirimos e relacionamos a partir das situações pelas quais passamos e as quais experimentamos no mundo; por isso, o conhecimento não seria passível de dúvidas. Outro conhecimento produzido, e decorrente desse primeiro, foi designado pelo autor como descritivo do conhecimento familiar; no entanto esse seria lógico e, assim, passível de erro e de falsificação. Russell afirma que haveria uma relação direta entre a linguagem e o mundo e, portanto, todas as sentenças linguísticas seriam constituídas de signos que se refeririam à realidade. O autor designou essa relação como **atomismo lógico**, de modo que o signo poderia ser analisado como um átomo. Diante dessa concepção, os nomes verdadeiros teriam seu significado constituído a partir da sua equivalência a um objeto real com o qual já teríamos alguma familiaridade.

Contudo, ainda seria possível a construção de sentenças cuja sequência de signos poderia não refletir a realidade. Com o intuito de preencher essa lacuna lógica, Russell acaba por negar que os nomes próprios e as descrições definidas de nossa linguagem ordinária sejam capazes de designar algo simples. “Um nome real não poderia ter qualquer conteúdo descritivo” (COSTA, 2002, p. 23). No âmbito da teoria das descrições, a concepção de análise formulada por Russell é, portanto, a



de “um método de decomposição da sentença através do qual seus elementos são identificados, estabelecendo-se a relação destes com os elementos correspondentes em um fato no real, descrito na sentença” (MARCONDES, 2004, p.29).

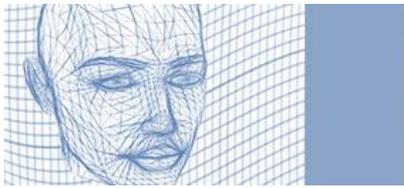
A análise da sentença é que revelaria sua verdadeira forma lógica e indicaria como suas partes se articulam para formar o todo. Assim, essa análise acaba por transformar a linguagem comum em uma linguagem lógica, impossibilitando a ocorrência de dúvidas e mal-entendidos sobre os seus sentidos. Concernente a essas considerações sobre a relação da estrutura da linguagem com a realidade, Habermas (2004) menciona:

Em Frege e Russell, a tendência redutora da análise da linguagem começa com a limitação a uma semântica da proposição. No lado da hermenêutica ocorre uma limitação paralela, dessa vez a uma semântica das imagens lingüísticas de mundo; essa limitação guia a interpretação pré-ontológica do mundo, própria de uma comunidade lingüística, por vias categoricamente pré-traçadas (HABERMAS, 2004, p. 12).

Assim, a filosofia analítica se firma como linha filosófica, sendo Russell um de seus primeiros seguidores. O que caracteriza o posicionamento analítico e positivista da Filosofia é a determinação de que essa se faria a partir da análise (positiva) da linguagem. A análise da linguagem seria a própria ação filosófica. Considerando a linguagem como lógica, o filosofar também o seria, já que tal ação dependeria do uso da linguagem para compor o pensamento. Essa visão analítica se justifica na medida em que poderia elucidar a imprecisão do uso da linguagem, as ambiguidades e as interpretações equivocadas. Com isso, o pensamento poderia se formar com maior clareza. Marcondes (2004) afirma, contudo, que devemos entender a lógica da qual estamos tratando da seguinte maneira:

Devemos entender, contudo, “lógica” em um sentido amplo, não apenas como teoria das linguagens formais ou como estudo das formas de inferência válida, mas como englobando problemas com a natureza da proposição e a constituição do significado, isto é, a semântica, examinando assim a relação entre a linguagem e a realidade, questão fundamental para a justificação da possibilidade do conhecimento científico e da validade de uma determinada teoria científica (MARCONDES, 2004, p.14).

2 A análise da linguagem como ação filosófica



L. Wittgenstein (1889-1951), em um primeiro momento, dá continuidade à discussão das teses de Frege e Russell, principalmente com o intuito de solidificar e, até certa medida, comprovar a validade do que até então havia sido discutido. As alusões do autor são publicadas em 1921, na obra anteriormente citada, *Tractatus lógico-philosophicus*, reconhecida como marco teórico dessa linha positivista e lógica que fora seguida pela Filosofia nesse período. A publicação do *Tractatus* encerraria muitas das discussões filosóficas sobre o que até então apresentamos, pois teria como objetivo central explicar a natureza factual e representativa de nossa linguagem. Para tanto, Wittgenstein constrói o que viria chamar de teoria figurativa (pictorial) da linguagem (APEL, 2000).

Costa (2002) diria que, no *Tractatus*, Wittgenstein avalia a linguagem como um quadro. Os aforismos que compõem essa obra se relacionam à própria análise lógica da linguagem para estruturar a realidade – sua teoria pictorial da frase, na qual uma sentença poderia ser vista como uma representação sólida da realidade, como um quadro lógico. Costa (2000) reforça que Wittgenstein considera, ainda, que a estrutura lógica de uma frase estaria no pensamento que ela expressa e não nos signos que a compõem. As frases (linguagem natural) seriam estruturas compostas de combinações de frases elementares (combinação de nomes de objetos simples), que refletiriam estados de coisas no mundo. Esses seriam modelos da realidade que expressariam o pensamento de modo que as diferentes combinações de estados das coisas pudessem representar o mundo.

Quanto à teoria pictorial ou da figuração, que versa sobre o paralelismo entre a linguagem e o mundo, e redirecionando a abordagem sobre a referência e a significação, encontramos diferentes interpretações. Na análise de Araújo (2004) Wittgenstein não teria interesse em um reconhecimento psicológico sobre a significação e tampouco por uma abordagem epistemológica sobre a relação das palavras e das sentenças com aquilo a que se referem ou significam. De acordo com Araújo (2004), o filósofo refuta ainda o uso de sentenças como método para se chegar às verdades científicas. O que Wittgenstein propõe é:

[...] esclarecer como um fato, do 'tipo' sentença, se relaciona com outro, de modo a ser símbolo deste. A pergunta é sobre símbolos que têm sentido e suas condições de referência [...] sendo que o



significado da sentença provém do significado das palavras que a compõe (ARAÚJO, 2004, p. 47).

De modo mais pontual e de acordo com Costa (2002), Wittgenstein delimita no *Tractatus* que:

As frases da linguagem natural são analisáveis como constituídas de combinações de frases elementares, as quais são modelos da realidade que expressam diretamente o pensamento. As frases elementares, por sua vez, consistem em combinações de nomes e objetos simples. As combinações de nomes que constituem tais frases elementares correspondem, quando essas frases são verdadeiras, diretamente às combinações de objetos da realidade. Esses objetos são, para Wittgenstein, algo rígido, imutável, não mais divisível [...] (COSTA, 2002, p. 30-51).

Sobre o *Tractatus*, essa síntese é complementada por Schmitz (2004):

A tese essencial desenvolvida no *Tractatus* é que deve haver alguma coisa em comum entre a linguagem e o mundo se quisermos compreender como podemos formular proposições capazes de serem verdadeiras ou falsas, isto é, dotadas de sentido [...] O que a linguagem e o mundo compartilham é a mesma forma lógica (SCHMITZ, 2004, p. 44).

O que Wittgenstein expõe no *Tractatus* são elementos que esclarecem que há algo de essencial em toda linguagem, permitindo que aquilo por nós é dito possa eventualmente exprimir o que são os fatos. Talvez a citação que mais represente o objetivo dessa obra seja a retirada de seu prefácio, escrito por seu próprio autor:

Este livro trata dos problemas filosóficos e mostra, segundo creio, que a maneira de colocar esses problemas decorre de uma má compreensão da lógica de nossa linguagem. Todo sentido deste livro poder-se-ia exprimir nesses termos: aquilo que, no fim das contas, pode ser dito claramente, e deve-se guardar silêncio sobre o que não se pode falar (WITTGENSTEIN, 2001).

O radicalismo com que Wittgenstein tratou logicamente a linguagem no *Tractatus* fez dessa obra um referencial para estudos de diferentes áreas. O autor teria incluído nela todas as possibilidades especulativas da relação da linguagem com a lógica, com o mundo e com o conhecimento, e considerou que havia resolvido todos os problemas filosóficos, já que teria conseguido mapear todas as alternativas de articulação do pensamento por meio do uso lógico da linguagem, ou seja, da linguagem ideal. Wittgenstein procurou mostrar os limites do pensável, que estariam vinculados aos limites das formas lógicas das proposições. O autor trata a ética, a

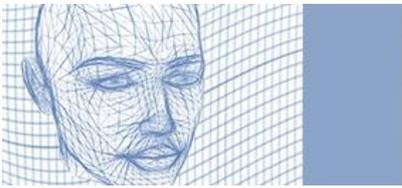


religião e a estética como pertencentes a um mundo à parte, não sendo possível estabelecer proposições que dêem conta de falar sobre essas matérias da vida; diante da impossibilidade, o melhor seria, então, calar-se.

Poderíamos dizer que Wittgenstein, no *Tractatus*, defende o mundo como conjunto dos fatos desse, que, por sua vez, se relacionam. Nesse sentido, o objeto poderia ser ligado a uma coisa apenas se essa estivesse no mundo e somente se houvesse essa ligação tal objeto poderia ser nomeado. As coisas do mundo seriam atômicas (partes do mundo), ao contrário dos fatos, que são resultados das relações entre os átomos, ou seja, entre as coisas. Desse modo, uma afirmação seria possível somente se houvesse algo comum entre a estrutura do fato e a da sentença. Logo, considerando-se as coisas do mundo como os objetos simples e podendo esses serem articulados – e nomeados – no mundo, a articulação dos nomes representaria a articulação dos objetos no mundo. Araújo (2004) sintetiza esses princípios:

[...] o mundo é afigurado por um conjunto de fatos que se dão num espaço lógico onde se combinam objetos simples formando a substância do mundo, fixando-o em colorido, espacial, temporal etc. Cada figuração dos fatos no espaço lógico é um modelo de realidade, como se fosse uma escala aplicada à realidade. Os elementos são coordenados na figuração de modo a poderem ser ligados ao que é figurado. Desse modo, os objetos são apresentados de modo verdadeiro ou falso através da forma lógica que é a 'ponte' entre o que é figurado e a afiguração. Esse é o sentido da proposição, que será verdadeira ou falsa conforme concorde ou não com a realidade. (...) As proposições limitam-se a descrever COMO a coisa é e não O QUE ela é (ARAÚJO, 2004, p. 75-76).

A linguagem, assim, limitaria-se às proposições que figurariam os fatos num ambiente lógico. Desse modo, somente poderão ser ditas proposições que tiverem função de verdade. A proposição é que descreveria a realidade e só teria sentido se representasse um estado de coisas que existem. A afirmação existiria somente se pudesse ser projetada sobre fatos, sendo que esses seriam representados no espaço lógico. Essa figuração dos fatos é um modelo de realidade, já que se entende que os objetos dessa se relativizam aos elementos da representação. O fato seria uma representação, e essa um elemento da realidade, de modo que o que



há de comum entre eles é a forma de representar (ARAÚJO, 2004). Assim, o sentido da sentença seria independente do fato de ela dizer a verdade ou não.

A linguagem só pode falar de certas coisas, pois o dizível limita-se às proposições com função de verdade, portanto, ao que é verdadeiro ou falso, conforme a adequação ou não aos fatos. [...] o sentido de uma proposição não é adequação às coisas, mas à possibilidade de traçar projetivamente o que é essencial ao mundo para que se possa falar dele com sentido (ARAÚJO, 2004, p. 78-79).

Nessa perspectiva, as coisas devem estar no mundo, e somente a linguagem poderá delimitar esse paralelismo. Devido a esse, a relação de referência é assegurada sempre que houver um modo possível de afiguração (ARAÚJO, 2004, p. 81).

“Os fatos só podem ser ditos se puderem ser formulados de forma lógica, do contrário não são pensáveis” (ARAÚJO, 2004, p. 81). No entanto, a relação entre nome e coisa nomeada não é direta, visto que esse é referente ao objeto (que, por sua vez, portaria um nome, mas apenas se esse estivesse dentro de uma proposição). O nome precisa do objeto a que se referirá e esse deve dizer respeito a fatos, em que são possíveis combinações e certa estabilidade.

Dada a totalidade dos objetos no espaço lógico, a experiência dirá quais possibilidades deste espaço se realizar. O pensamento projetado dá forma e sentido às proposições empíricas; estas, diferentemente das posições lógicas (que são tautologias ou contradições), têm sentido. [...] A combinação entre linguagem e realidade empírica torna o mundo pensável. Já a filosofia, que se ocupa da estrutura essencial do mundo, não pode dizer isso, pois só a proposição em sua projeção figurativa diz os fatos: só o que ocorre pode ser dito (ARAÚJO, 2004, p. 81).

A essas premissas tratantiananas, os positivistas lógicos do Círculo de Viena se portaram e, a partir disso, consideraram que a linguagem é o único caminho de acesso à lógica, e que a lógica simbólica é o que permite ao filósofo elucidar qualquer enunciado filosófico.

Estabelecido inicialmente por R. Carnap e M. Schlick (1882-1936), em 1923, e sob a influência dos pensamentos de G. Frege, B. Russel, L. Wittgenstein dentre



outros, o Círculo de Viena viria a se posicionar na defesa de uma concepção científica do mundo, com o objetivo de desenvolver uma rigorosa filosofia da ciência que desconsideraria quaisquer aspectos metafísicos. Os pressupostos definidos nesse Círculo constituem o positivismo lógico ou o neopositivismo.

A relação do empirismo científico como critério de verdade é associada às condições lógicas da linguagem de constituir sentenças (pensamentos) verdadeiras de maneira lógica. Desse modo, a verdade científica seria aquilo que pode ser testado empiricamente e descrito logicamente. A Filosofia adquirira um status de ciência, seria um conhecimento positivo que teria como objeto o discurso e a prática científica e não se limitaria exclusivamente a discutir elementos que transcenderiam a experiência.

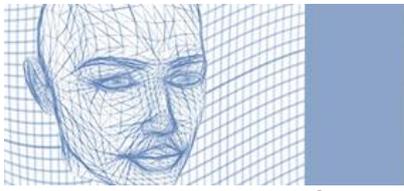
[...] a racionalidade do método científico, apoiado em procedimentos, passou a decidir sobre a possibilidade de uma proposição em geral ser verdadeira ou falsa. Esse fato antimetafísico determinou os esforços malogrados do empirismo lógico do Círculo de Viena, que tentou concretizar um critério de sentido capaz de estabelecer definitivamente os limites entre a metafísica e a ciência (HABERMAS, 2002, p. 14).

No entanto, essas concepções não são eminentemente defendidas por todos os participantes do Círculo de Viena. Carnap, por exemplo, procurou fazer da Filosofia uma ciência entre as ciências. A Filosofia estaria submetida a uma lógica natural da Ciência, a uma sintaxe lógica da linguagem da ciência. Posteriormente, Carnap desenvolverá melhor essa tese, identificando a Filosofia como uma metateoria geral da Ciência, simultaneamente sintática e semântica.

Assim, a partir desta breve apresentação dos percursos de construção da Filosofia analítica da linguagem, fazemos o exercício de apresentar e em alguma medida discutir sobre quais foram seus desdobramentos nas ações da Ciência da Informação dando algum destaque as ações de representação documental.

3 Filosofia da Linguagem Ideal e a Ciência da Informação

Na prática, a epistemologia empirista, ou positivista, refletiu-se em pesquisas voltadas à observação, à análise de como o observador pode se apropriar do que é observado, isto é, intersubjetivamente. Os processos científicos, nesse caso, são vistos como a coleção de observações verificáveis e como generalização de cada coleção de fatos por indução. O modelo básico do empirismo, pensando



metodologicamente, é a observação e a indução. As estratégias de *bottom-up* no processamento de informação são calcadas nesses princípios. Isso porque “o empirismo olha como o conceito é formado por simulação de experiências sensoriais” (HJORLAND, 2005, p. 134). Tanto na visão empirista como racionalista¹, a constituição do conhecimento científico, por exemplo, daria-se independentemente dos conceitos, das teorias e dos pontos de vista do pesquisador.

Hjorland (2001), mesmo não sendo um expoente do positivismo, condiz com a idéia predominante do positivismo de que a Filosofia poderia ser científica, que existiriam métodos universais *a priori* e que a função dessa seria analisar esses métodos (sendo que esses seriam validados pelo uso da linguagem ideal, e assim a Filosofia deveria se ocupar da análise da linguagem). De modo geral, pode-se dizer que na Filosofia e nas Ciências Sociais o positivismo tem a oferecer somente métodos quantitativos de análise de dados e doutrinas behavioristas, operacionalistas e individualistas de análise de sujeitos. Todavia, o criticismo a esse imperativo questiona essa relação positivista com a Filosofia e com as Ciências Sociais.

Vale pontuar que o formalismo lógico validava o discurso científico a partir do uso da linguagem formal; no entanto, essa linguagem não dizia nada sobre o conteúdo e, por isso, valia-se do empirismo, da verificação, para fundamentar, comprovar e agregar valor ao que era escrito formalmente.

O positivismo lógico argumenta que concreto é o conhecimento sensorial e, diante disso, conceitos que não concernirem diretamente a experiências sensoriais devem ser “traduzidos” para conceitos observáveis. Aqueles que não fossem passíveis dessa tradução não teriam significado. Essa condição se direcionou a um ponto de vista dualista para a ciência: o observacional e o teórico. O positivismo, dessa forma, ataca a metafísica e adota uma postura anti-psicologista; o empirismo age de forma contrária: dá mais atenção à percepção, enquanto aquele enfatiza a lingüística e a lógica sobre o que é percebido (HJORLAND, 2005, p. 137).

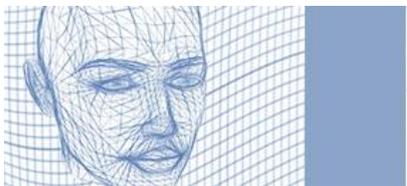
Os princípios do positivismo podem ser sumarizados, de acordo com Haakonsen (1973) citado por Hjorland (2005), como defensores de que todo conhecimento humano pode ser formulado e expresso pela linguagem, reduzido a



experiências privadas imediatas e a sentenças elementares capazes de expressar a experiência mais imediata. No entanto, isso pode ser pensado de maneira inversa: todo conhecimento pode ser construído a partir de expressões verbais que representem as experiências imediatas, sendo que essa redução ou construção pode ser elaborada com bases lógico-simbólicas. O positivismo considera também que todo discurso que não possa ser reduzido a sentenças elementares é sem sentido, porque o significado delas representa o método pelo qual ele pode ser verificado, e se nós não soubermos sob quais circunstâncias uma sentença é verdadeira ou falsa, nosso discurso será banal (esse seria o então chamado critério de habilidade-verificação do significado). Esse sistema considera ainda ser possível decidir se o discurso é significativo ou não e se é verdadeiro ou falso, sendo verdadeiro quando as sentenças elementares que o expressam podem ser reduzidas (e essa redução corresponde a uma realidade verificável; do contrário, o conhecimento é falso). Desse modo, seria possível analisar o conhecimento como um todo. Contudo, a característica mais dura do positivismo é sua defesa de que somente o conhecimento das ciências pode ser verificado, e assim somente as ciências poderiam representar o conhecimento verdadeiro (HJORLAND, 2005).

Hjorland (2005) dirá que ainda não foram apresentados argumentos fortes e completos sobre a validade do uso das perspectivas isoladamente positivistas pela Ciência da Informação, mas isto não implica que tais perspectivas não a tenham influenciado demasiadamente. Rayward (1994) considera que haveria uma tendência a um positivismo na Ciência da Informação ainda hoje, por conta dos estudos lançados por P. Otlet relativos à organização de documentos (HJORLAND, 2005, p. 144-145).

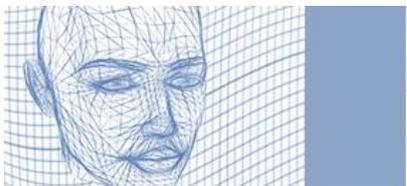
Outra influência do positivismo sobre a Ciência da Informação é mencionada por Wilson (2002), que sugere que se nós analisássemos os artigos da conferência científica da *Royal Society Scientific Information Conference* (1948), talvez não nos surpreenderíamos. Há uma evidente predominância da perspectiva positivista sobre a organização do conhecimento, geralmente indicando métodos quantitativos para análise de conteúdos e fatos. Entretanto, a partir de 1980, houve um deslocamento desses métodos de pesquisa visando considerar métodos qualitativos (vale



ressalvar que o ponto de vista positivista persistiu por mais tempo na América do Norte do que na Europa) (HJORLAND, 2005, p. 145).

De modo mais pontual, Wilson (2002) indica alguns tipos de pesquisas caracteristicamente positivistas na Ciência da Informação, sendo uma delas a que se propõe a analisar a consistência da indexação promovida por diferentes indexadores. Os estudos desse tipo partem do pressuposto de que haveria uma maneira correta de indexar documentos e que os indexadores que diferem o produto de sua indexação de outros estão errados. Seria necessário um posicionamento neutro do indexador e o condicionamento desse no uso e na construção de uma linguagem ideal. Os pressupostos positivistas que guiam a maioria de tais estudos podem ser tratados em dois níveis: pela tendência de se buscar quantificar a ocorrência de acordos (ou não) sobre os resultados da indexação, inclusive questionando os indexadores sobre as estratégias de indexação que utilizam sobre os conteúdos que indexam; e por, geralmente, não considerarem a influência da interpretação do indexador, o seu conhecimento e o seu ponto de vista em sua ação de indexação, tendendo assim a considerar indexadores como operadores automáticos que, parcialmente, não relevariam sua função de mediar necessidades potenciais sobre os conteúdos que indexam.

Outra influência do positivismo na Ciência da Informação diz respeito às pesquisas sobre relevância. Os estudos originais das medidas de relevância seriam caracteristicamente positivistas na medida em que esperam obter conhecimento sobre a recuperação de informação em situações experimentais, isoladas de todo contexto concreto e de toda ação de busca efetivamente exercida por sujeitos envolvidos em práticas informacionais. Buscam apoio e legitimação em modelos fisicalistas e empiricistas de cientificidade, não adequados à natureza social das práticas informacionais. No entanto, esses estudos, calcados nas premissas positivistas, não aumentam nosso conhecimento sobre os mecanismos que permitam a diminuição da recuperação de conteúdos não relevantes em sistemas de informação. A recuperação de conteúdos não relevantes pode se dar pelas seguintes causas: associações falsas indicadas pelo indexador ou produzidas pelo sistema; uso de uma palavra com outro significado conceitual (diferente daquele buscado pelo pesquisador); construção da referência recuperada em uma



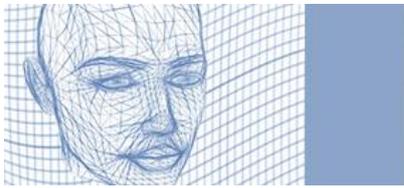
linguagem não compreensível ao usuário; possibilidade de que o conteúdo recuperado tenha sido escrito com base em perspectivas teóricas ou estilos diferentes dos que o usuário conhece, de modo que esse não tenha como estabelecer critérios de confiança sobre o conteúdo recuperado; e ainda o fato de que as teses defendidas nesse conteúdo possam ser, politicamente, problemas para o usuário (ora esses conteúdos podem ser muito densos, ora muito superficiais).

Na linha de representação temática, tem-se como a mais elaborada e aplicada dos princípios de Frege, o sistema PRECIS (*Preserved Context Indexing System*), desenvolvido por Austin, em 1968, e que contextualiza o conceito em sua aplicação.

O ponto de vista metodológico cognitivo e individualista de J. Belkin e P. Ingwersen também seria resultante de uma influência positivista. O ponto de partida desses autores é a idéia de que os estudos psicológicos sobre os seres humanos podem fornecer elementos para embasar o projeto de um sistema da informação. Esse entendimento é criticado por Frohmann (1990) e Hjørland (2002), que sugerem a necessidade de aproximações desse posicionamento cognitivo a aspectos sociais. O posicionamento cognitivista tende a categorizar e generalizar tipologias de usuários. Analisando o criticismo a este positivismo, entendemos que sintetizar e agrupar os métodos científicos de uma ciência, por exemplo, não significa que a prática dessa esteja condenada a se restringir a tais métodos; logo, o seu domínio e os substantivos que os representam também não podem ser restringidos (HJORLAND e ALBRECHTSEN, 1995; HJORLAND, 2002).

Estudos têm sido feitos desde a década de 1950 por profissionais que lidam com a informação, preocupados com a eficácia dos sistemas de indexação e recuperação. Alguns desses estudos são mencionados por Piedade (1976, p.22), como os testes da ASTIA, os projetos Cranfield I e II, o teste de Aberystwyth e as experiências de James Carlisle e Robert Fetter².

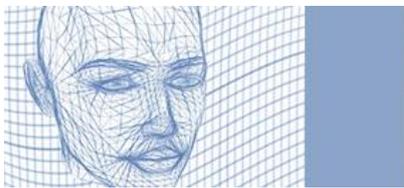
Outra tendência positivista em Ciência da Informação é o de estabelecer exaustivamente correlações entre diferentes variáveis sobre a recuperação da informação, desconsiderando, entretanto, as origens das causas que levam à recuperação de conteúdos não relevantes pelo pesquisador.



Podemos dizer então que a perspectiva cognitiva é relacionada ao positivismo pela sua sustentação em metodologias individualistas (em que há uma redução de fenômenos sociológicos aos fenômenos psicológicos) na concepção de estudos sobre a recuperação da informação. O cognitivismo supõe também a possibilidade de universalização de princípios, da padronização de usos de conceitos por comunidades usuárias para recuperação da informação, desconsiderando princípios de relatividade cultural e de especificidade de domínios (HJORLAND, 2005, p. 150).

Outro trabalho que expõe as relações do positivismo lógico lingüístico e filosófico com a Ciência da Informação é o de Svenonius (2004), que destaca – dentre as teorias que subsidiam em parte a construção dos instrumentos de representação do conhecimento desenvolvidos pela Ciência da Informação – o operacionalismo (que pode ser nomeado como positivismo lógico), a teoria figurativa do significado e a teoria contextual ou instrumental do significado.

O operacionalismo, segundo a autora, seria decorrente do positivismo lógico, e esse seria o extremo do empirismo, que defende que o conhecimento se deriva da experiência, isto é, do senso de percepção do homem sobre o mundo – de modo que a experiência de conhecer estaria relacionada ao que lhe é objetivo. Essa relação é expressa no *Princípio de verificabilidade*, segundo o qual ordens podem ser estabelecidas sobre os fatos ocorridos no mundo e esses podem ser representados em proposições que conseqüentemente são passíveis de verificação. A adoção das premissas operacionalistas permitiu que as ações de recuperação de informação pudessem ser mensuradas, avaliadas e até mesmo qualificadas na medida em que a relevância sobre o que se recupera é pré-determinada por operações aplicadas aos conteúdos dos documentos. Esses aportes foram, de certo modo, utilizados nas pesquisas mencionadas anteriormente (nos testes ASTIA, nos projetos Cranfield I e II, no teste de Aberystwyth e nas experiências de James Carlisle e Robert Fetter dentre outras). Diante disso, técnicas operacionais sofisticadas de identificação de assuntos (conceitos) em textos, análises gramaticais e interfaces algorítmicas puderam ser estabelecidas culminando no desenvolvimento de técnicas de indexação automática. Podemos até mesmo dizer que somente por seguir premissas operacionalistas é que foi possível o desenvolvimento e a aplicação de leis bibliométricas, cientométricas e infométricas para análise e



representação de conteúdos. No entanto, é sabido à Ciência da Informação que esta operacionalização indexical e de recuperação da informação operacionalizada não é sinônimo de localização de conteúdos que contenham precisamente os sentidos que foram buscados. A ação de organização, indexação e recuperação da informação (estabelecidas com base no operacionalismo) é matemática, lógica, não-humana. O sujeito, seu contexto, seus significados e os sentidos buscados são praticamente desconsiderados nos sistemas de informação constituídos sobre a égide operacionalista.

A teoria da representação, ou teoria pictórica do significado, que também deriva da visão empirista sobre o conhecimento, seria ainda mais radical, de modo que o significado extensivo de uma palavra é o seu referente. As palavras se referem às coisas do mundo e têm definições ostensivas delimitadas pelo seu ponto de referência nesse, além de participarem das proposições, que derivam diretamente ou indiretamente da experiência sensorial, das suas propriedades expressas e de seus relacionamentos. A proposição tem significado empírico se, e somente se, corresponder à realidade. Essa teoria, aplicada pela Ciência da Informação para a representação do conhecimento, resultou na elaboração de instrumentos lógicos linguísticos de representação temática, tanto para classificação de assuntos como para desenvolvimento de instrumentos de intermediação temática. Somente tautologicamente, na definição de senso de extensão, relacionamentos puderam ser expressos em uma semântica independentemente da recuperação da informação; por exemplo, relacionamentos contingentes puderam ser expressos sintaticamente em tesouros. As relações e divisões no tesouro algumas vezes expressam a distinção entre relações paradigmáticas ou de contexto livre e relações sintagmáticas ou de contexto dependente. Isso, operacionalmente, definiria que o significado, para a visão da representação do conhecimento, existe sobre ou independentemente de ele estar em uma base de dados, e que os dois tipos de relacionamento (paradigmáticos e sintagmáticos) teriam diferentes regras para serem aplicados nos instrumentos de recuperação. Ainda, a teoria figurativa do significado possibilitou que programações modeladas, como a Inteligência Artificial, fossem desenvolvidas no âmbito computacional, visto que está implícito nessa teoria

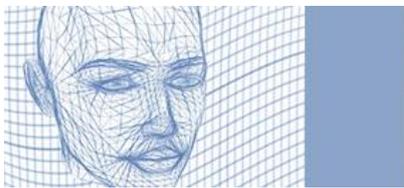


que a compreensão da linguagem pode ser reduzida a mecanismos manipuláveis e fechados, logo, a estrutura de dados.

Os problemas relacionados ao entendimento pictórico da linguagem para representação do conhecimento foram pontuados por Svenonius (2004), primeiramente pelo fato de, nessa teoria, a linguagem assumir uma forma universal na qual o significado da proposição figura a prescrição do mundo, de modo relativamente fixado e generalizadamente compreendido. Porém, mesmo essa objetivação pode ser diferentemente interpretada. O segundo problema é o que tal teoria implica à fixação da relevância, além da defesa de que as palavras abstratas são instituídas por constructos mentais. Todavia, os significados das palavras não são necessariamente fixados de maneira homogenia no senso de referência sobre todos os objetos e fatos do mundo real. Muitas palavras têm significados fluidos, o que as permite ser utilizadas em diferentes contextos. O terceiro problema é que, por essa teoria, o conhecimento pode ser sintetizado em palavras, logo esse seria simplesmente um conjunto de palavras. Portanto, tal teoria, conforme a autora, não serve para subsidiar a construção do conhecimento, uma vez que esse é dinâmico.

Contudo, tanto pela linha operacionalista quanto pela pictórica, foi possível estabelecer vocabulários de intermediação temática e desenvolver mecanismos de indexação automática de conteúdos. No entanto, ambas as perspectivas teóricas não consideram a natureza pragmática da linguagem, em que seus sentidos só são estabelecidos em seu uso comunicacional. A adoção dessas teorias anula o sujeito no processo de produção e de busca da informação e o pragmatismo o ressuscita. Svenonius (2004) apresentou os pressupostos pragmáticos como uma linha instrumentalista sob a qual não só os produtos resultantes de análises informacionais precisariam ser construídos e analisados, como também os processos em que se instituem as informações, partindo da consideração de que essas são geradas em contextos de ação comunicativa em que os sujeitos participantes são os responsáveis pela construção do que será significativo.

Mesmo assim, podemos dizer que o entendimento lógico e positivista da linguagem respaldou, e ainda respalda, investigações e práticas da Ciência da Informação, principalmente as que se referem à representação temática e à recuperação da informação em ambientes sistêmicos. Acreditamos, inclusive, que tal



perspectiva continuará subsidiando muitas das ações dessa ciência. No entanto, pensamos que, por se tratar de uma ciência social, cabe à Ciência da Informação procurar caminhos que permitam inserir elementos sociais em suas investigações e práticas, principalmente as que contemplam a linguagem, e a Pragmática pode ser um destes caminhos.

Notas

[1] O racionalismo olha os conceitos como estruturas "(des)nascidas", segundo possível classificação de sua percepção, e é uma epistemologia que enfatiza a regra de clarificação conceitual e as evidências preferindo, para isso, métodos dedutivos aos indutivos (utilizados no empirismo). K. Popper analisa, no entanto, o racionalismo crítico e ataca os métodos indutivos e as estratégias empiristas de compreensão sobre o conhecimento. Sua tese é a de que as questões científicas precisariam ser submetidas a testes que permitissem verificar se elas são falsificáveis (HJORLAND, 2005, p. 135).

[2] O teste da ASTIA (Armed Services Technical Information Agency), realizado em 1953, tinha como objetivo comparar o desempenho do sistema Uniterm e o catálogo alfabético. Foram indexados cerca de 15.000 documentos, utilizando-se dos dois instrumentos para posterior análise da relevância dos documentos recuperados e para comparação entre os resultados obtidos pelos dois instrumentos de indexação. Porém, os dois grupos de indexadores não chegaram a um acordo quanto à relevância dos documentos recuperados; sendo assim, o resultado do teste nunca foi publicado. O projeto Cranfield I (1957) foi um teste sobre a eficácia de sistemas de indexação que investigou o desempenho de quatro linguagens de indexação (Uniterm, cabeçalhos de assunto, CDU e classificação facetada). O projeto Cranfield II examinou o papel dos vários artifícios, destinados a promover a revocação e a precisão, das linguagens de indexação na recuperação. O teste de Aberystwyth consistiu em testar cinco linguagens de indexação: compressed term index language, uncontrolled index language, hierarchically structured index language post-coordinate, hierarchically structured language pre-coordinate e relational indexing index language. A experiência de James Carlisle e Robert Fetter



(1970-1) se destinou a verificar o comportamento do usuário na obtenção de informações computadorizadas.

Referências

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola editorial, 2004. v. 4.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FREGE, G. **Estúdios sobre semântica**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1978.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre felicidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997. v. 1

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

HJORLAND, B. **Empirism, rationalism and positivism in library and information science**. Journal of Documentation, London: Aslib, 2005, v. 61, n.1, p. 130-155.

HJORLAND, B. **Information retrieval, text composition and semantic**. Knowledge Organization. 1998, v. 25, n.1-2.

HJORLAND, B. **Information Seeking and Subject Representation**. An Activity-theoretical approach to Information Science. Westport & London: Greenwood Press, 1997.

HJORLAND, B. **Principia Informatica. Foundational Theory of Information and Principles of Information Services**. In: Emerging Frameworks and Methods. Proceedings of the Fourth International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS4). Ed. By Harry Bruce, Raya Fidel, Peter Ingwersen, and Pertti Vakkari. Greenwood Village, Colorado, USA: Libraries Unlimited. p.109-121. 2002. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/publ_uk.htm>. Acesso em: 21 ago 2006.

HJORLAND, B. **Theory of knowledge organization and feasibility of universal solutions**. Disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/389/>>. Acesso em: 14 out. 2005.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. **Toward a New Horizon in information science**. Journal of the American Society for Information Science, New York: ARIS&T, 1995, v. 46, n. 6, p. 400-425.

HJORLAND. **Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content ... and relevance**. Journal of the American Society for Information Science and Technology, New York: ARIS&T, 2001, v. 52, n. 9, p. 774-778.



MARCONDES, D. **Filosofia analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SANTOS, R. **Condições de verdade**. Cadernos de filosofia, 2002, v. 11. Disponível em: <http://www.filosofia.uevora.pt/rsantos/publicacoes.htm>. Acesso em: 25 ago. 2008.

SCHMITZ, F. Wittgenstein. São Paulo: Estação da Liberdade, 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus-Logico Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2001.

Observação. O conteúdo deste texto foi adaptado da tese de Doutorado: “Filosofia da linguagem e Ciência da Informação: Jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais” produzida e defendida pela autora.